



Navios, autoidentidade e o ethos militar: conceituando segurança ontológica naval

Warships, self-identity, and the military ethos: conceptualizing naval ontological security

Buques, autoidentidad y ethos militar: conceptualización de la seguridad ontológica naval

1. Doutorando em Relações Internacionais na Universidade de Birmingham (Reino Unido). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7472-770X>. Contato: bdc185@bham.ac.uk

Bruno Sowden-Carvalho¹
Marcelo M. Valença²

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2025v13n1p164-182

Enviado: 24 de Janeiro de 2025
Aceito em: 21 de Maio de 2025

2. Professor no Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM) e na Escola de Guerra Naval (EGN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4930-9805>. Contato: marcelo.valenca@gmail.com / www.marcelovalenca.com
Esta pesquisa foi parcialmente financiada com recursos da Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023 - Faixa A - Grupos Emergentes (Projeto n. 407667/2023-7: "O Atlântico Sul como uma ordem regional de segurança marítima: governança oceânica, instituições e regionalismo no entorno estratégico brasileiro").

RESUMO

O artigo investiga o senso de auto identidade em marinhas por meio do conceito de segurança ontológica naval. Usando a Marinha do Brasil como objeto de análise e a Ordenação Geral do Serviço da Armada (OGSA), conjunto normativo de condutas e regulamentos que consolida as disposições fundamentais sobre a organização da Marinha, originalmente herdados da Marinha Portuguesa durante o período de colônia do Brasil, mas adaptados e atualizados ao longo do tempo, o artigo aborda como a segurança ontológica naval é constituída e quais elementos estão envolvidos. Com base em Bourdieu e Giddens, argumentamos que as marinhas (re)produzem práticas internacionais na medida em que incorporam traços sociais domésticos, construindo seu senso de identidade ao amalgamar coerentemente narrativas biográficas, orgulho e confiança. Este arcabouço teórico contribui para uma avaliação matizada do ethos militar além do ponto de vista ontológico do Exército, lançando luz sobre o tecido social que entrelaça os homens e mulheres que compõem as marinhas.

Palavras-Chave: Segurança Ontológica Naval; Autoidentidade; Ethos Militar; Práticas; Marinha do Brasil

ABSTRACT

This article investigates the perception of self-identity in navies through the concept of naval ontological security. Using the Brazilian Navy as the object of analysis and the General Ordinance of the Navy Service (OGSA), a set of normative conducts and regulations that consolidates the fundamental provisions on the organization of the Navy, originally inherited from the Portuguese Navy during the period of Brazil's colony, but adapted and updated over time, the article addresses how naval ontological security is constituted and which elements are involved. Drawing on Bourdieu and Giddens, the article argues that navies (re)produce international practices as they incorporate private social traits,

constructing their sense of identity by coherently amalgamating biographical narratives, pride, and trust. This exploratory theoretical framework contributes to a nuanced assessment of the military ethos beyond the ontological perspective of the Army, illuminating the social fabric that intertwines the men and women who comprise navies.

Keywords: Naval Ontological Security; Self-Identity; Military Ethos; Practices; Brazilian Navy

ABSTRACT

El artículo investiga el sentido de autoidentidad en las armadas a través del concepto de seguridad ontológica naval. Utilizando como objeto de análisis la Marina de Brasil y la Ordenanza General del Servicio de la Armada (OGSA), conjunto de normas y reglamentos que consolidan las disposiciones fundamentales sobre la organización de la Marina, originalmente heredadas de la Armada Portuguesa durante el período de la colonia de Brasil, pero adaptadas y actualizadas a lo largo del tiempo, el artículo aborda cómo se constituye la seguridad ontológica naval y qué elementos están involucrados. Basándose en Bourdieu y Giddens, el artículo sostiene que las armadas (re)producen prácticas internacionales a medida que incorporan rasgos sociales nacionales y construyen su sentido de identidad mediante la combinación coherente de narrativas biográficas, orgullo y confianza. Este marco teórico exploratorio contribuye a una evaluación matizada del ethos militar más allá del punto de vista ontológico del Ejército, arrojando luz sobre el tejido social que entrelaza a los hombres y mujeres que conforman las armadas.

Keywords: Seguridad Ontológica Naval; Autoidentidad; Ethos militar; Prácticas; Armada de Brasil

1 INTRODUÇÃO

A Marinha do Brasil (MB) está pouco presente no imaginário social brasileiro. Isso ocorre porque os estudos sobre forças armadas no Brasil tendem a considerá-las como um grupo homogêneo, amplamente definido e representado pelos traços sócio-políticos tipicamente associados ao Exército Brasileiro (EB). O envolvimento do exército na política brasileira desde o final do século XIX levou o debate sobre os militares a uma abordagem centrada no Estado, com foco em suas macroestruturas e com a tendência política de intervir domesticamente (COMBLIN, 1978; CASTRO; D'ARAÚJO, 2001; REZNIK, 2004; CARVALHO, 2019a; ZAVERUCHA; TEIXEIRA, 2003; ZAVERUCHA, 2005). Embora importantes, esses pontos de vista negligenciam a MB e deixam de lado outro elemento relativo à sua dimensão social: seu senso coletivo de identidade.

Estudos sobre a identidade militar são relativamente recentes no Brasil (CASTRO, 1990; LEIRNER, 1997). Isto não é surpreendente, dado o cenário de reabertura pós-ditadura militar. Estes estudos são moldados pelo ambiente social do EB e equipados com uma visão teórico-metodológica que não captaria a distinção da Marinha.

Para preencher essa lacuna, este artigo investiga o senso de autoidentidade na MB a partir do conceito de segurança ontológica naval. Uma vez que segurança ontológica envolve o processo emocional que

constitui um senso estável de autoidentidade, propomos que segurança ontológica naval é compreendida como o conjunto de práticas performadas em navios de guerra que condicionam um senso estável de autoidentidade ao lidar com a ansiedade da incerteza constante ao servir no mar. Na MB, isso ocorreria por meio de um processo de composição coerente de narrativas biográficas, orgulho e confiança, influenciado pela condição sócio-política do Brasil, incluindo sua dimensão pós-colonial.

Partimos da premissa de que a consolidação de um senso coletivo de identidade nas marinhas difere daquela produzida no exército devido à atmosfera social existente nos navios de guerra, que constitui relações sociais que precisam ser compreendidas a partir de suas particularidades. Essa atmosfera social se baseia em práticas historicamente consolidadas por meio do destacamento internacional desses navios para lidar com a ansiedade de ser exposto à imprevisibilidade de um meio hostil como o oceano; da experiência de compartilhar espaços hermeticamente fechados com pessoas de diversas origens; e da ameaça sempre presente do outro, caracterizado como inimigo.

Tal contexto faz com que as práticas percebidas nas marinhas sejam essencialmente internacionalizadas (Till, 2018). O internacional, como um ambiente social em que os atores são mobilizados horizontalmente e se mostram intrinsecamente conectados por meio de múltiplas linhas homogêneas, se apresenta de forma transversal (Bigo et al., 2011), conectando múltiplos campos e saberes. Deste modo, este estudo se mostra relevante por múltiplas razões. Primeiramente, é importante entender como a MB funciona do ponto de vista sociológico e como os indivíduos dão sentido a quem eles são por meio das práticas e valores da instituição, bem como a maneira como essas práticas e narrativas se apresentam para o imaginário da sociedade civil, são elementos que evidenciam que um estudo específico sobre as marinhas contribuiria para uma avaliação matizada dos militares além do ponto de vista estatizante, especialmente a partir de uma perspectiva pós-colonial. Não obstante, contribuiria para avançar os estudos sobre relações civis-militares para além da visão do EB, permitindo compreender as especificidades da MB e do processo de formação de identidade dos indivíduos desse grupo. Ademais, ele se volta à compreensão das particularidades dos espaços marítimos como espaços políticos (VALENÇA; DUARTE, 2023).

Desenvolvemos nosso argumento em três partes, além desta introdução e uma conclusão. Na primeira parte, apresentamos a literatura sobre identidade militar para destacarmos as peculiaridades da identidade das marinhas. Na segunda parte, trazemos Giddens (1984; 1990) e Bourdieu (1992) para conceituar segurança ontológica naval. Na terceira parte, exploramos a Ordenança Geral para o Serviço da Armada (“OGSA”), o conjunto formalizado de regulamento e condutas que moldam o funcionamento da MB, para verificar como as práticas cotidianas se correlacionam a um senso de (in)segurança ontológica diante de alguns eventos históricos que desafiaram a instituição.

2 AUTO-IDENTIDADE NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: O VAZIO NAVAL

A literatura sobre o senso de identidade nas Forças Armadas brasileiras é relativamente recente e gira em torno de duas premissas gerais. A primeira é a de que há um *ethos* militar comum e este perpassa a marinha, exército e aeronáutica. A segunda é que esse *ethos* é construído por meio das experiências nas academias militares e nas instituições de ensino militar de alto nível, por meio da hierarquia e da disciplina.

Celso Castro (1990) foi um dos primeiros acadêmicos a abordar diretamente esse problema, concentrando-se nos militares em si, em vez de fornecer uma visão de cima para baixo, centrada no Estado. Ele analisou como os militares se encaixam em um contexto histórico-social mais amplo e como isso leva a intervir politicamente em seu funcionamento. Em *O Espírito Militar*, Castro realiza uma pesquisa etnográfica na Academia Militar das Agulhas Negras (“AMAN”), examinando a criação da identidade militar por meio do envolvimento próximo com as atividades cotidianas dos cadetes.

Depois de expandir sua pesquisa sobre o simbolismo histórico e a tradição do Exército Brasileiro (Castro, 2002) e explorar a atmosfera desafiadora de fazer pesquisa de campo (CASTRO; LEIRNER, 2009), Castro afirma que o senso de identidade dos militares vai além da experiência de viver em uma instituição total. Ele alega que a própria instituição é totalizante, pois se torna parte da vida de seus membros, permeando holisticamente todos os aspectos de seu ambiente social, desde seu vocabulário diário e códigos de conduta até as carreiras e a resiliência emocional de seus familiares (Castro, 2007).

Esse argumento foi aprofundado por Leirner (1997), que investigou a clivagem entre os militares e os civis causada pela consolidação da identidade social dos primeiros. Em pesquisa de campo na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (“ECEME”), Leirner conclui que essa fronteira é apresentada pela especificidade da hierarquia do Exército, o princípio geral que segmenta os indivíduos, ordenando suas capacidades pelo senso de mérito e, portanto, separando quem pertence à instituição (1997, p. 111).

Desde a década de 2000, os trabalhos de Castro e Leirner inspiraram outros pesquisadores a abordar as relações civis-militares brasileiras por meio de lentes socioantropológicas (GOMES, 2018; CARVALHO, 2019b; MIRANDA, 2019; CASTRO; MONNERAT, 2019). No entanto, essa literatura enfatiza preponderantemente o Exército como o objeto de análise, negligenciando as especificidades da Marinha, bem como dos próprios espaços marinhos.

Uma pesquisa no banco de dados nacional brasileiro de teses que utilizam o termo “identidade militar” entre 2000 e 2024, filtrada pela área de Ciências Humanas, retorna 123 resultados, nenhum deles referente *exclusivamente* à Marinha.³ O livro *Antropologia dos Militares* (2009) reconhece essa lacuna na literatura, mas não inclui um único artigo sobre a Marinha. A revista *Militares e a Política*, em atividade de 2007 a 2011, inclui apenas uma breve nota de pesquisa sobre um relato histórico da

3. Há apenas um resultado que indica relação evidente com a MB. Trata-se da tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UERJ, em 2023, por Patricia Coutinho Rangel da Silva com o título de “O ‘Dragão do Mar’, uma biografia de João Cândido Felisberto entre 1880 e 1912”.

Marinha e seu alinhamento ideológico com a República no Brasil. O próprio Castro ministra um curso na Fundação Getúlio Vargas, cujo objetivo principal é examinar o processo de socialização militar vivenciado pelos oficiais do Exército (ARIAS NETO, 2009).

Vale a pena observar que alguns estudiosos abordam o problema da identidade social em outras forças em perspectivas diversas. Maria Ribas d'Ávila de Almeida (2010) estudou o processo de admissão de mulheres na MB e os resultados relativos ao processo decisório. Vanessa Reis e Luciana Zucco (2020) analisaram a liderança de oficiais navais femininas no exercício do comando. Embora tenham sido persuasivos em relação à crescente importância das mulheres na instituição, seus estudos se concentram, em grande parte, em uma perspectiva macro, ainda não avaliando a distinção da MB.

A pesquisa de Emilia Takahashi (2002) sobre o senso de identidade dos cadetes da Força Aérea e suas interconexões com as relações de gênero na Academia da Força Aérea e a dissertação de Thaís Melo abordando a inserção social das mulheres na Escola Naval (2017) são exemplos mais inclinados às práticas cotidianas. O próprio Castro publicou artigo baseado em pesquisa anterior ao seu trabalho de campo na AMAN, no qual analisou experiências de trote na Escola Naval, o que reconhecidamente inspirou sua pesquisa, pois o trote consistiria na dramatização daquilo que estrutura e fornece o estilo da vida militar: a hierarquia (Castro 2009, p. 589). Entretanto, esse trabalho ainda se baseia nos dois princípios gerais já mencionados, i.e., na ideia de uma identidade social militar comum criada durante o período de formação dos oficiais analisada por meio da estrutura desenvolvida para entender o Exército. Entendemos que essa ênfase no Exército traz impactos metodológicos que afetam a compreensão sobre a Marinha, sugerindo os mesmos traços sociopolíticos do EB, inclusive na forma como aquela entende seus parâmetros existenciais de identidade pessoal (Giddens, 1984, p. 375) e coletiva como esses parâmetros existenciais são constituídos e estabilizados.

Ao mesmo tempo em que apreende os elementos microsociais relativos à realidade das forças armadas e explora uma dimensão diferente nas relações civis-militares, a literatura não aborda as especificidades das práticas históricas e profissionais que distinguem a autoidentidade da MB. Ao pressupor um *ethos* militar comum e centralizar a análise nas academias militares, os estudos negligenciam o que está no cerne das práticas sociais das marinhas: a vida a bordo dos navios de guerra. Embora os aspectos burocráticos tornem as práticas semelhantes em todas as forças armadas, historicamente essas práticas foram construídas de forma independente, criando um conjunto de disposições que induzem condições emocionais coletivas, rituais, tradições e códigos de conduta. Entretanto, o que exatamente diferencia os navios de guerra e, portanto, as marinhas de outras forças armadas?

Defendemos que três elementos deveriam ser destacados. São eles a interconexão com o oceano, as habilidades necessárias para operar navios de guerra e a atmosfera dentro deles.

Ontologicamente, a territorialidade dos oceanos difere daquela da terra, devido ao seu caráter dinâmico e muitas vezes imprevisível. A

“hidromaterialidade” dos oceanos compõe um sistema holístico, ou um conjunto marinho que incorpora biota móvel, bem como tecnologias e objetos (PETERS, 2012; STEINBERG, 2013). Portanto, os navios de guerra não estão apenas expostos aos oceanos, mas compõem esse conjunto, exigindo historicamente um conjunto específico de práticas, habilidades e conhecimentos para serem operados: desde içar velas e aprender nós em cabos, realizar cálculos astronômicos, manter condições sanitárias internas para evitar doenças como tifo e escorbuto; até operar radares sofisticados, sistemas de navegação baseados em GPS e máquinas de propulsão cada vez mais automatizadas. Embora esse tipo de conhecimento opere por meio de regimes de disciplina e hierarquia, está longe de ser criado por eles. Eles são o resultado de relações sociais no mar, por meio de trabalho manual e tecnologia, que destacam as particularidades dos espaços marítimos.

Nesta lógica, os navios de guerra proporcionam um ambiente físico específicos em que os indivíduos se relacionam entre si em espaços necessariamente herméticos. Os marinheiros⁴ não podem abandonar o navio quando estão no mar; os comandantes são constantemente observados e julgados por sua tripulação; não há hospital ou corpo de bombeiros para ajudar quando estão no mar e o combate ao inimigo sempre foi um esforço coletivo. Ademais, como instrumentos tradicionais de diplomacia, e devido à natureza de suas missões, as marinhas são profundamente internacionalizadas, compartilhando práticas em todo o mundo, desde uniformes e vocabulário até procedimentos operacionais (Till, 2018).

Assim, a operação nos oceanos, as práticas navais correlatas e a atmosfera interna a bordo contêm os elementos para criar identidades sociais diferentes de qualquer outra Força Armada. Portanto, o *ethos* comum sugerido pela literatura sobre identidade militar não nos parece suficiente para avaliá-la. A MB tem suas próprias características, moldadas pela natureza de suas operações ribeirinhas, pela população multiétnica do Brasil, sua experiência pós-colonial e postura diplomática. Em suma, as práticas que permeiam a MB se fundem em um *ethos* social específico moldado pela vida nos navios de guerra.

Consequentemente, o locus da autoidentidade da MB não pode ser a Escola Naval nem o Colégio Naval.⁵ Isso se deve ao fato de que as condições emocionais vivenciadas nos navios de guerra, que fundamentam as práticas a bordo, não podem ser aprendidas academicamente, mas moldadas pelas práticas durante o serviço no mar. O que constitui um bom oficial não é apenas sua adesão à hierarquia e à disciplina adquiridas na Escola Naval, mas a resiliência emocional para lidar com a incerteza e a ansiedade correspondente da vida a bordo e suas práticas. Não por acaso, a arquitetura da Escola Naval imita o formato de um navio, indicando seu objetivo máximo de reproduzir as condições da vida no mar.

Defendemos, pois, que a identidade social da MB não é consolidada na Escola Naval, mas a bordo de navios de guerra. Para suprimir a lacuna na literatura, trazemos o conceito de segurança ontológica naval, que servirá para captar as práticas que induzem a condição emocional da vida a bordo.

4. Por “marinheiro”, nos referimos aos homens e mulheres que integram os quadros das Marinhas, independentemente de suas funções, ou sejam, a palavra marinheiro se refere tanto aos oficiais quanto às praças.

5. Aqui cabe uma breve diferenciação entre o Colégio Naval e a Escola Naval. Enquanto o primeiro consiste na instituição de ensino médio da MB, a Escola Naval é a sua instituição de ensino superior, onde os aspirantes a oficiais são formados para a carreira militar. Em comparação ao EB, seria o equivalente, respectivamente, ao Colégio Militar e à Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

3 CONCEITUANDO SEGURANÇA ONTOLÓGICA NAVAL.....

Segurança ontológica está relacionada à construção de um senso consistente de individualidade, por meio do qual os agentes buscam não apenas segurança física, mas também um senso estável de estar no mundo (Vieira, 2016), sentindo-se confortáveis com quem são. Esse processo “coloca entre parênteses” a gama quase infinita de possibilidades abertas aos indivíduos, situando-se no centro da vida social, pois “pressupõe uma aceitação tácita das categorias de duração e de extensão, juntamente com a identidade de objetos, outras pessoas e o eu” (Giddens, 1990, p. 37). Indivíduos ontologicamente seguros são emocionalmente resilientes para lidar com situações contingentes que podem potencialmente trazer caos e ansiedade, sendo consequentemente capazes de ancorar a estrutura cognitiva da vida cotidiana e consolidar seu senso de identidade (Laing, 1969). Em suma: segurança ontológica consiste no processo emocional pelo qual os agentes constroem o senso de continuidade de sua autoidentidade (Giddens, 1990, p. 92).

O conceito de autoidentidade não se relaciona a um tipo ideal transcendente imutável que sempre será alcançado. Em vez disso, a segurança ontológica decorreria de tentativas de (re)criar e consolidar autoidentidades coletivas (Vieira, 2016, p. 7). Esse conceito é relevante para as marinhas, pois marinheiros, quando servem no mar, estão expostos à imprevisibilidade de inúmeros perigos, como tempestades, incêndios e à presença do inimigo. A ansiedade resultante dessa recorrente sensação de insegurança ontológica põe em risco sua segurança física, comprometendo práticas normalizadas que tornam os navios de guerra operacionais. Em outras palavras, embora amplamente negligenciadas, as emoções são importantes para os marinheiros, pois condicionam o conjunto de práticas navais que garantem sua sobrevivência no mar. Mas como seria possível avaliar essa construção emocional?

Ao teorizar sobre a segurança ontológica, Giddens (1991, p. 67) indica três elementos mutuamente entrelaçados que a compõem: narrativas biográficas, confiança e vergonha. Enquanto as narrativas biográficas acomodam as experiências pessoais pelo processo relacional de entendê-las e comunicá-las aos outros, a vergonha é uma das manifestações de ansiedade por meio da qual a autoidentidade é corroída por sua inadequação à narrativa biográfica correspondente. A inoculação emocional contra esse enigma é a confiança básica, uma condição psicológica cultivada nos primeiros estágios da vida. A confiança começa entre os recém-nascidos e seus cuidadores e une o tempo e o espaço de modo a indicar que a ausência não significa deserção. Por fim, a consolidação da confiança alimenta o controle do corpo com rotinas previsíveis (Giddens, 1984, p. 53). Portanto, narrativas biográficas, confiança e vergonha (ou orgulho, como preferimos), emaranhados entre si, geram um senso consistente de individualidade.

Giddens oferece um arcabouço explicativo para entender essa interconexão entre os elementos da segurança ontológica, porém sua abordagem é bastante cognitiva e não levaria em consideração os aspectos relacionais quanto às práticas sociais nas marinhas. Isso poderia gerar

limitações empíricas para verificar práticas sociais tão específicas como que buscamos explorar. Para superar essas limitações, propomos complementar a leitura de Giddens (1984; 1990) com a teoria da prática de Bourdieu (1992, p. 52). Bourdieu leva mais a sério a questão relacional entre sujeitos que tem capacidade racional de estabilizar práticas sociais através de relações de causa e efeito, a partir da lógica de cada campo e da posição ocupada por cada agente dentro dele. Isso faz com que os indivíduos ganhem importância, passando a ocupar espaço nas narrativas biográficas. Teríamos assim, uma interação mais evidente entre as emoções (a partir da contribuição de Giddens) e as práticas (desde Bourdieu), o que pode ser evidenciado na Figura 1, apresentada mais adiante.

Em sua teoria da prática, Bourdieu conecta efetivamente a sociologia à realidade prática, em uma presença ativa preocupada no mundo, por meio da qual este impõe sua presença. As práticas são os operadores relacionais que compõem as microconexões aparentemente invisíveis que tornam os agentes visíveis, porque “[b]y acting, agents are shaped by the relations in which they engage. Their identities, personalities, and even bodies are not autonomous points, but points in relation to other points” (Bigo et al., 2011, p. 236).

Logo, não há representação de práticas por meio de categorias genéricas, pois elas só podem ser apreendidas, literalmente, na prática. Esse ponto de vista permite uma avaliação dos elementos de segurança ontológica de Giddens em um sentido micropolítico, adaptado ao ambiente naval específico e fundamentado no pressuposto de que as práticas são a unidade de análise para compreender as emoções. Afirmamos que o conceito de campo, *doxa*, *habitus* e capital social de Bourdieu são as ferramentas de pensamento (Leander, 2008) para conciliar as duas perspectivas, pois conceitos são estruturados para funcionar empírica e sistematicamente (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 96).

3.1 Narrativas biográficas e campos

As narrativas biográficas estruturam o campo onde as marinhas consolidam seu senso de identidade. Ao criar e recriar constantemente estruturas discursivas de significado por meio de narrativas que exploram as especificidades da vida naval, as narrativas biográficas robustecem a rede em constante mudança da configuração social que pressupõe e permite a relação de agentes heterogêneos que (re)produzem práticas navais regulares. Isso é regularmente associado a mitos fundamentais de heróis que superaram os perigos da vida naval por meio de símbolos de coragem, honra e sacrifício e, portanto, inspiraram virtudes nacionais. As forças armadas por todo o mundo utilizam amplamente dessa mitologia e a MB não é diferente. Exemplos recorrentes são o Visconde de Inhaúma e o Almirante Tamandaré (ALMEIDA, 2024; LIMA, 1999), mas outras lideranças, nacionais e estrangeiras, e eventos também são mencionados em livros e artigos publicados em periódicos e editoras institucionalmente vinculados à força naval (MOREIRA, 2024; CASAL, 2017; ALMEIDA, 2017; ALMEIDA, 2006) como casos de valor, superação e coragem.

Ao narrar essas práticas, as marinhas criam um tecido histórico coletivo que emana de todos os marinheiros que as reproduzem. Notavelmente, não é totalmente possível admitir que esse seja um processo endógeno centrado no Estado. As biografias nacionais dos Estados também são inspiradas pela narrativa de outras potências navais bem-sucedidas e consolidadas por meio de práticas internacionais historicamente desenvolvidas com outras marinhas. Essa interconexão de campos parece particularmente recorrente nas marinhas sul-americanas, talvez em função de suas condição pós-colonial.

3.2 *Habitus, doxa e verdade*

Se os campos estão sempre inseridos em campos diferentes, eles só podem fazer sentido se estiverem relacionados ao *habitus* correspondente. Quando se trata de marinhas, os campos induzem práticas sociais a bordo que devem ser orquestradas de forma congruente por meio de uma ordem implícita coerente o suficiente para mobilizar a tripulação de modo uniforme. Essa composição entre a ordem objetiva a bordo e a sua correspondente naturalização individual é construída por meio de uma *doxa* específica. Nós a chamamos de *doxa* naval, pois corresponde às habilidades e aos conhecimentos específicos necessários para operar navios de guerra. Historicamente, as marinhas desenvolveram um conjunto de técnicas semelhantes em todo o mundo para calcular a velocidade do vento, a posição dos navios de guerra com base nas estrelas e como utilizar seus canhões de forma eficaz. Embora os desenvolvimentos tecnológicos tenham mudado a forma como essa *doxa* é produzida, seu objetivo principal continua o mesmo: promover movimentos corporais decorrentes de procedimentos objetivos assumidos. Todos no navio, desde o comandante até o marinheiro mais moderno, devem executar uma tarefa específica, esperando que seus colegas façam o mesmo.

As várias camadas de *doxa* acomodadas ao longo de séculos de história podem ser facilmente superestimadas como criadoras de “indivíduos dóceis”, em termos foucaultianos. No entanto, a *doxa* naval nem sempre torna as práticas a bordo previsíveis, como se os indivíduos fossem mecanicamente ditados por elas. Em vez disso, elas modulam princípios que organizam as práticas navais, criando tensões, resistência e abalando o campo composto no processo. Simplificando, o *habitus* naval é o princípio gerador de improvisações reguladas (Bigo et al., 2011, p. 242), evidenciando a importância da vida a bordo e nas relações sociais nos navios de guerra, que consolidam a experiência e a confiança entre marinheiros e que permitiria extrapolar a formação adquirida nos bancos da Escola Naval. Isso é o que, às vezes, os oficiais da MB consideram como o lado “artístico” da Marinha, complementando sua formação científica (*doxic*), evidenciando a especificidade desta força. Assim, embora variando de acordo com as situações empíricas, muitas vezes imprevisíveis, que os oceanos podem abordar, o *habitus* proporciona a confiança e a expectativa mútua que cada marinheiro tem no outro de que sua tarefa específica a bordo será cumprida adequadamente.

3.3 Capital simbólico e orgulho

Campos e hábitos também compõem relações de força, muitas vezes criando assimetrias e relações desequilibradas em navios de guerra. Mediadas pelas regras dóxicas de conduta, essas relações de força abrem espaço para o capital simbólico circular, levando ao prestígio e à autoridade. Em navios de guerra, os comandantes retêm o mais alto nível de capital simbólico, pois geralmente mantêm uma imagem de respeitabilidade reconhecida pelos símbolos da própria instituição, como uniformes, medalhas e distintivos. No entanto, como sugere um ditado da MB, nenhuma medalha supera a importância do seu nome.

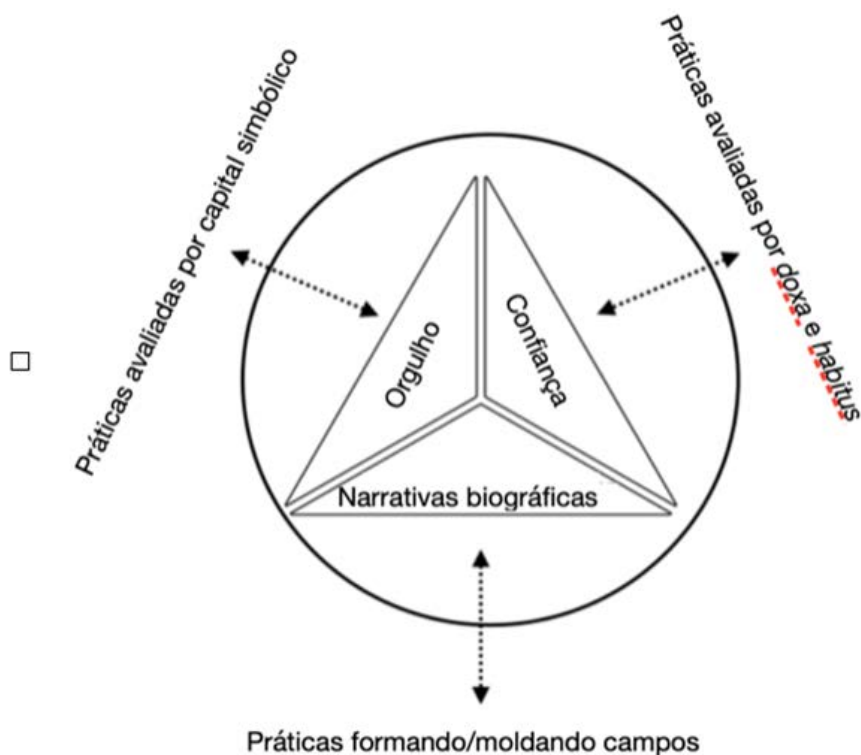
Ao longo de suas carreiras, os marinheiros são obrigados a ganhar sua reputação por meio de práticas e anos de experiência para combiná-la às suas histórias pessoais. *Habitus* e narrativas biográficas, portanto, levam às condições para que os comandantes mantenham seu capital simbólico. Uma vez alcançado, os comandantes podem determinar a vida de seus subordinados, sendo a força motriz que anima a redistribuição e a circulação do capital simbólico.

Essa dinâmica é particularmente importante ao analisar o senso de orgulho das marinhas. Orgulho é o oposto de vergonha, ou seja, a confiança na integridade e valor da narrativa da autoidentidade (Giddens, 1990, p. 66). No entanto, evitar a vergonha de forma simplista é uma suposição incapaz de produzir a adesão à autoidentidade que as marinhas precisam para lidar com seu risco constante de insegurança ontológica. O orgulho não pode ser apreendido apenas negando a vergonha. Em vez disso, é um processo afirmativo que depende da circulação de capital simbólico a bordo, com base no prestígio, autoridade e honra como o senso gratificante de fazer parte da narrativa biográfica naval coletiva e duradoura.

Portanto, o orgulho existe quando os comandantes legitimam as práticas de seus subordinados sempre que desempenham suas funções de forma artística e arduamente. No entanto, devido à natureza cooperativa do ambiente dos navios de guerra, um espaço onde os marinheiros dependem mutuamente uns dos outros, os próprios comandantes também são inseridos nesse mecanismo. Isso ocorre porque ser reconhecido como um líder por sua tripulação contribui para a reputação do comandante, desencadeando o orgulho e reequilibrando o capital simbólico a bordo. Ao sentir orgulho, os marinheiros condensam sua própria narrativa biográfica à de sua nação e às marinhas, imediatamente (re)produzindo as cadeias complexas de *habitus*, confiança, narrativas biográficas e as interconexões de diferentes campos.

Propomos que o senso de autoidentidade das marinhas pode ser compreendido de forma mais sutil por meio das práticas cotidianas que permeiam sua existência. Aqui se consolidaria o conceito de segurança ontológica naval. Ele consiste no conjunto de práticas coletivas historicamente induzidas por navios de guerra que buscam amalgamar coerentemente a autoidentidade de uma marinha, entrelaçando e sedimentando suas narrativas biográficas, orgulho e confiança para lidar com a experiência de ser exposto aos oceanos.

Figura 1: Esquema da segurança ontológica naval.



Fonte: Elaboração própria

Como esquematiza a Figura 1, não argumentamos que esses elementos são apenas rigidamente relacionados de uma maneira, como, por exemplo, o *habitus* se conectaria apenas à confiança e, igualmente, os campos poderiam indicar narrativas biográficas. Em vez disso, a aproximação desses conceitos é meramente seu ponto de consistência, as ressonâncias entre suas abordagens sistêmicas. Não apenas os elementos de Giddens são parte de um triângulo inteiramente interconectado, mas as práticas são avaliadas por meio dos conceitos de Bourdieu por um círculo poroso que indica as múltiplas maneiras pelas quais elas podem se relacionar.

Cada marinha tem sua trajetória específica e não é nossa intenção fornecer um tipo ideal universal para impor similaridades abstratas. Em vez disso, estamos interessados em traçar linhas para mapear as principais características que distinguem esse processo. A segurança ontológica naval é um processo dinâmico que intuitivamente não pode ser pensado como um estado definido de autoidentidade. Ao dar uma definição e seus elementos subjacentes, pretendemos fornecer o instrumento para analisar a condição emocional na MB, em vez de julgar se ela tem um senso permanente de identidade.

4 SEGURANÇA ONTOLÓGICA NAVAL NA MARINHA DO BRASIL: UM OLHAR DA OGSA

Uma análise de como a segurança ontológica funciona na MB pode ser explorada empiricamente pelo que é conhecido como Ordenança Geral para o Serviço da Armada (“OGSA”). Este documento é o conjunto

de princípios e regras gerais sobre as práticas nos navios de guerra da MB e outras organizações militares navais. A OGSA explicita valores cristalizados nas tradições navais, permitindo a continuidade - e publicidade - de usos, costumes e linguagem naval (Brasil, 2009, p. 7), fortalecendo práticas que caracterizariam a instituição.

Embora seja uma estrutura normativa promovida de cima para baixo no tocante à prática, a OGSA consolida o conjunto histórico de *habitus*, capital social e orgulho que sublinharam as práticas de segurança ontológica nos navios de guerra da MB mesmo antes da independência do Brasil. Vale a pena notar, todavia, que essas práticas não parecem genuinamente ancoradas no caráter nacional, mas derivam como uma composição fractal de diferentes marinhas interagindo por séculos internacionalmente.

A OGSA pode ser rastreada pelo menos até o período entre os séculos XVI e XIX, quando as marinhas ocidentais começaram a consolidar sua *doxa* naval. Ela deriva do Regimento Provisório de 1796 da Marinha Portuguesa para o Serviço e Disciplina da Frota e Navio de Guerra da Armada Real (Brasil, 2015), diretamente influenciado pelo Regulamento e Instruções Britânicos de 1731 relativos ao Serviço de Sua Majestade no Mar, buscando normalizar práticas quase idênticas da Marinha britânica. Após a independência do Brasil, o Regimento Provisório ainda era o principal documento observado pela Armada Imperial e seria revisado apenas em 1873. Isso sugere que a atual *doxa* naval refletiria a condição pós-colonial da MB.

Para permitir a resiliência emocional a bordo, o Regimento expressava o que os marinheiros deveriam fazer nas atividades diárias e era dividido, grosso modo, em quatro partes, que versavam sobre as ordens sobre disciplina e punição; ordens para navios de guerra ancorados; ordens para métodos de aparelhamento de velas; e métodos para distribuir marinheiros durante o combate e a distribuição de oficiais. O Regimento introduziria, também, serviços rotineiros de limpeza, alimentação, sono, luta e exercícios. O Regulamento descrevia meticulosamente as tarefas que os marinheiros deveriam executar quando os navios zarpassem ou atracassem, bem como as honras e responsabilidades que os comandantes e oficiais deveriam seguir. Por exemplo:

Será o Oficial Comandante do Quarto, quem mande todas as Manobras, e fará que as executem sempre com a maior prontidão e atividade em todas as ocasiões, tendo sempre presente o fazer observar estritamente o maior silêncio, e castigando severamente qualquer indivíduo que o perturbar com sua voz. Esta punição será mantida até que se alcance todo o navio e que toda a disciplina seja observada (Brasil, 2015, p. 150).

O Regimento fazia menção aos Artigos de Guerra portugueses, que foram incorporados em 1799, como um instrumento disciplinar a bordo. Ele formalizou a punição física por privação de comida, prisão e chicotes a serem decididos com base no julgamento do comandante (Castro, 2013, p. 19).

Os elementos que caracterizam as práticas de segurança ontológica naval foram pelo menos formalizados pelo Regimento. Esperava-se que a confiança ocorresse por meio de descrições completas das atividades diárias; a base para uma narrativa biográfica e um campo naval

mais específico foram indicados pela normalização do vocabulário, consolidando os mesmos símbolos por meio dos quais as experiências eram compartilhadas.

O orgulho foi induzido pela autoridade sobre a qual oficiais e comandantes deveriam promover o capital simbólico. Um despacho naval do comandante da corveta Parnaíba descrevendo a batalha do Riachuelo (1865), tenente Aurélio Garcindo Fernandes de Sá, ofereceu um panorama das práticas e condições emocionais da MB com base no Regimento. Ele sugeria que o comportamento tripulação durante uma batalha supostamente teria contribuído para alterar os rumos do evento e frustrar um sucesso evidente do inimigo graças a essa transferência de capital simbólico do comandante (Almeida, 2006):

Sendo a luta desesperada e cada vez mais crítica nossa situação por haver-nos abordado pela popa o Marquês de Olinda e durando talvez já uma hora o combate de mosqueteria e ferro frio, fizemos todos um esforço supremo de patriotismo, aplaudindo com entusiasmo a ordem transmitida pelo oficial imediato, o Primeiro-Tenente Felipe Firmino Rodrigues Chaves, de combinação comigo, para que se lançasse fogo ao paiol da pólvora, ordem essa que ia ser imediatamente executada pelo corajoso escrivão de 2a classe José Correa da Silva, quando felizmente ouviram-se gritos de viva à Nação Brasileira, ao imperador, ao Almirante Tamandaré, ao Chefe Barroso e à guarnição da Parnaíba [...]. Eram vozes dos nossos marinheiros e soldados lutando contra os paraguaios que tinham fugido ao perceber que a [fragata] Amazonas e a [canhoneira] Belmonte vinham nos socorrer (Brasil 2015, p. 173).

As palavras de Fernandes de Sá descrevem as micropráticas que indicam o senso geral de orgulho a bordo, invocando a emoção singular de pertencer a um todo maior, a nação brasileira. Isso foi desencadeado pela ordem do primeiro-tenente Felipe Firmino e, mais tarde, estendido quando o almirante Tamandaré e a própria nação brasileira foram mencionados junto à tripulação. O capital simbólico de Tamandaré se reflete na poderosa inspiração que seu nome (re)produziu, permitindo a sedimentação do orgulho nos marinheiros da Parnaíba. O orgulho foi consolidado também porque a confiança foi bem sedimentada pelo *habitus* naval, pois este último promulgou as estratégias que fomentam práticas inovadoras capazes de lidar com as incertezas de estar no mar. O Regimento, como resultado do *habitus* e do orgulho a bordo durante o século XVIII, estaria agora moldando um campo diferente, condicionando a segurança ontológica naval.

No entanto, José Miguel de Arias Neto (2001) demonstra que seis meses após a batalha do Riachuelo, as percepções entre marinheiros e sargentos da Armada Imperial do Brasil eram bem diferentes, pois consideravam o serviço um ato de punição e tormento. Da mesma forma, Paulo Castro (2013, p. 214) ao analisar a “disciplinarização geral” da Armada Imperial por meio da corveta Trajano em 1873, explicou que os comandantes em geral, para expressar sua autoridade, utilizavam o castigo físico no início de seu mandato e, eventualmente, consideravam as origens sociais dos marinheiros como critério para isso. Curiosamente, Felipe Firmino – o primeiro tenente da Parnaíba – quase uma década depois, foi o último comandante da Trajano e o indivíduo que puniu marinheiros com mais frequência: 182 vezes em quase dois anos, aproximadamente três vezes mais que o comandante João Antonio Alves Nogueira, o comandante que o substituiu.

Portanto, embora não seja possível dizer que o Regimento era a condição necessária para a segurança ontológica naval, ao menos ele criou a base para uma narrativa biográfica, como expressou o despacho naval na Batalha do Riachuelo, preparando o cenário para um campo naval específico.⁶ No entanto, a condição emocional no navio de guerra brasileiro era bastante precária e instável, dificilmente se fundindo em um forte senso de autoidentidade. Vale lembrar que o fim da escravidão só foi observado no Brasil em 1888 e, até então, os castigos físicos a bordo abundavam sobre os marinheiros negros, que constituíam cerca de 75% dos marinheiros da Marinha Real (Nascimento, 2016). Portanto, a escravidão dividia a tripulação, e o orgulho e a confiança não conseguiam ser fomentados pelo *habitus* naval da época.

O Regimento teve seu nome alterado em 1874, sendo chamado pela primeira vez de Ordenações Gerais para o Serviço da Armada (OGSA), também baseado nas práticas navais da França, Itália e Portugal, de modo mais detalhado que seu antecessor, dividido em 34 artigos e 100 capítulos (Brasil, 2009, p. 116). Foi somente em 1890, após a proclamação da república, que uma lei foi aprovada formalmente pondo fim aos castigos físicos. No entanto, a condição emocional e o *ethos* social da instituição permaneceram articulados às condições sociais do Brasil. O castigo físico continuou como prática rotineira, particularmente por meio de chicotadas em marinheiros negros. Isso explica a Revolta da Chibata, em 1910, nos *dreadnoughts* Minas Gerais e São Paulo. Oprimidos pela sociedade darwinista racista brasileira do início do século XX (SCHWARCZ, 1993), os rebeldes alegavam simplesmente cumprir a mesma lei que os cidadãos normais, em vez de serem “escravos dos oficiais da Marinha e levar o chicote como punição”, como afirmou o marinheiro Francisco Dias Martins (NASCIMENTO, 2016, p. 157). O motim foi liderado por João Candido, o “Almirante negro”, cujas palavras vale citar:

Nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria nos dá [...] porque durante vinte anos de República ainda não foi bastante para tratar-nos como cidadãos fardados em defesa da Pátria, mandamos esta honrada mensagem para que V. Excia. faça os Marinheiros Brasileiros possuímos os direitos sagrados que as leis da República nos facilita [...] como retirar os oficiais incompetentes e indignos de servir a Nação Brasileira; [r]eformar o Código Imoral e Vergonhoso que nos rege, a fim de que desapareça a chibata, o bolo, e outros castigos semelhantes; aumentar o soldo [...], educar os marinheiros que não têm competência para vestir a orgulhosa farda (...) (ARIAS NETO, 2009, p. 172).

A mensagem de Candido expressou a flagrante insegurança ontológica que permeia as práticas da MB: ele pediu educação – capaz de trazer confiança por meio do *habitus* naval – e ser tratado como um cidadão brasileiro – o que permitiria o senso de pertencimento que condiciona o orgulho a bordo. Suas palavras também mostravam a inabilidade e inadequação dos comandantes para liderar seus homens, evidenciando a incapacidade dos marinheiros negros de fazer parte de uma narrativa biográfica vibrante e que as práticas cotidianas não eram capazes de circular capital simbólico. Isso se deveu em grande parte à punição por chicote, dividindo a tripulação, aumentando o nível de ansiedade, uma instabilidade emocional já trazida pela vida no mar. Essa falta de uma

6. Podemos nos referir ao campo naval como um campo específico no sentido bourdieusiano por refletir autonomia relativa, a disputa por capital e suas próprias regras e saberes. A autonomia consiste na particularidade do meio marítimo e dos navios de guerra vis-à-vis os espaços e saberes partilhados com outras forças armadas, o que proporciona às marinhas um capital particularmente valorizado naquele ambiente específico, que é a liderança e o prestígio do oficial “a bordo”. Este capital é refletido tanto nas narrativas biográficas que cercam o indivíduo quanto na própria postura que o indivíduo desempenha em suas atividades, refletindo as regras e os saberes do que constituem o homem do mar e um oficial de Marinha.

autoidentidade coesa reforçou a fragilidade da MB à época, dificultando políticas estratégicas de longo prazo.

A OGSA de 1873 foi alterada em 1910 sem menção às punições físicas. Em 1942, houve nova mudança, ampliando seu escopo e retratando muitas das práticas atuais da MB, inclusive sua contemporânea divisão administrativa departamental a bordo, indicando as práticas correspondentes dos marinheiros. Estas mudanças se explicam porque, durante a Segunda Guerra Mundial, a MB tornou-se mais profissional dadas as práticas aprendidas por meio do programa de intercâmbio com a Marinha dos EUA (Vidigal, 1985).

Helio Leôncio Martins (1985), em suas memórias, descreve as práticas navais da época. Martins relembra a ocasião em que enquanto comandante do caça-submarinos Juruena, um mau funcionamento no leme fez com que seu navio fosse em direção a um navio mercante parte do comboio. Com a colisão iminente, a tripulação esperava uma decisão:

Os observadores, mais todos os homens na ponte, estavam me olhando fixamente, esperando a decisão salvadora, concretizando, naquelas expressões ansiosas, a responsabilidade do comandante [...] A sensação de que o condicionamento do sistema transforma a figura do comandante na esperança máxima quando os perigos surgem, é quase um peso intransponível de carregar. Uma simples voz trêmula, ou um pequeno gesto que indica insegurança, quebra instantaneamente a corrente de confiança cimentada após anos, consequentemente transformando uma tripulação disciplinada em um bando de homens desesperados. Foi isso que senti naquela fração mínima de tempo, sendo olhado fixamente. Deve haver alguma ordem [...] Então eu disse a primeira coisa que me veio à mente: forte a estibordo (Martins, 1985, p. 87).

Martins descreve o capital simbólico de um comandante a bordo e a relevância correspondente da confiança. O *habitus* envolvido na prática mundana de ordenar “forte a estibordo” amalgamou a confiança e o orgulho que quase intransponivelmente pesavam sobre seus ombros como comandante. Ele descreve notavelmente a fragilidade de tal situação e a montagem de microcomportamentos como uma voz trêmula ou um pequeno gesto de insegurança não apenas saturando o campo, mas potencialmente quebrando a corrente de confiança indicando que o caos estava à espreita. A resiliência emocional da tripulação permitiu suas ações e vice-versa, condicionando a manobra para evitar a colisão.

A OGSA mudaria novamente em 1987. Desde então, ela tem refletido as práticas gerais da instituição e as mudanças na própria MB, especialmente quando se trata de suas missões contemporâneas. Atenção especial é dada à posição geoestratégica privilegiada do Brasil na América do Sul, um continente relativamente pacífico, além de sua história diplomática estável, que tem na II Guerra Mundial a sua última experiência de envolvimento em guerra interestatal.

Como resultado, a MB se envolve principalmente em operações de segurança marítima, especialmente à pesca ilegal não declarada e não regulamentada em sua zona econômica exclusiva, e contribui para operações de manutenção da paz e missões multinacionais cooperativas. Mas a OGSA ainda silencia sobre aspectos que a MB resiste em observar, especialmente quando se trata do papel afirmativo das mulheres e da diversidade social, além do envolvimento com o desenvolvimento sustentável

e do papel da tecnologia a bordo. Os resultados concretos ainda precisam ser devidamente estudados e este artigo não se aprofundará sobre esses aspectos, mas eles podem ser percebidos, grosso modo, como na demanda por incorporação gradual e crescente de mulheres nos quadros da Força, inclusive com a paridade de gênero e nas questões ambientais envolvendo o desmantelamento do porta-aviões São Paulo. Esses elementos, se negligenciados pela MB, podem se tornar uma fonte de insegurança ontológica – analogamente à condição de escravidão do Brasil no início do século passado –, comprometendo a instituição e suas interconexões com a sociedade civil. A OGSA ainda não aborda diretamente esses tópicos, portanto, uma avaliação mais aprofundada deve ser feita para elucidar as práticas contemporâneas a bordo, de modo a compreender seu impacto sobre as práticas na constituição da (in)segurança ontológica naval contemporânea.

5 CONCLUSÕES

As marinhas são compostas por pessoas, cujas vidas são inclinadas à atividade não natural de explorar os oceanos. Esta não é uma afirmação romântica, mas um fato que moldou as autoidentidades das marinhas e, surpreendentemente, tem sido pouco abordado por acadêmicos. No Brasil, a literatura sobre relações civis-militares é predominantemente ancorada no Exército, seja investigando sua potencial interferência política a partir de uma abordagem de cima para baixo, seja analisando seu senso de identidade com base na vida na AMAN.

Este artigo teve como objetivo demonstrar que essas perspectivas ainda não conseguem capturar completamente os elementos que constituem o senso de autoidentidade das marinhas. Ao fundir o aparato teórico de Giddens e Bourdieu e fundamentados na premissa de que os navios de guerra diferenciam as práticas das marinhas, apresentamos um arcabouço teórico para preencher essa lacuna, esculpindo o conceito de segurança ontológica naval. A segurança ontológica naval é conceituada e definida como o conjunto de práticas coletivas historicamente induzidas por navios de guerra que buscam amalgamar coerentemente a autoidentidade da marinha, entrelaçando e sedimentando suas narrativas biográficas, orgulho e confiança para lidar com a experiência de estar exposto aos oceanos. Campo, capital simbólico e *habitus/doxa*, respectivamente, se relacionam a esses elementos, permitindo que as práticas indiquem o processo emocional envolvido na segurança ontológica.

Trazendo esse conceito para a MB, analisamos a trajetória histórica da OGSA. Mostramos que o documento nasceu de práticas internas a bordo, influenciadas internacionalmente pelos Regimentos da Marinha Real e da Marinha Portuguesa. Isso expressou o caráter internacional da instituição, bem como sua condição pós-colonial. Historicamente, a OGSA forneceu a estrutura geral para práticas a bordo, e sua internalização por agentes forneceu a abordagem relacional empírica que exemplificamos. No entanto, demonstramos que a segurança ontológica não pode emanar apenas por uma abordagem de cima para baixo. Embora a primeira versão da OGSA tenha retratado meticulosamente uma visão

normativa sobre práticas a bordo, o ambiente social brasileiro, marcado pela escravidão, privou a MB de um senso coerente de si mesma, pois práticas como práticas de chibata dividiam a tripulação. A Revolta da Chibata de 1910 foi o exemplo empírico disso. Por outro lado, a experiência da Segunda Guerra Mundial, reforçada pela postura diplomática estável do Brasil com os EUA, sem dúvida mudou o campo e, com base no exemplo da memória de Martins, um senso de segurança ontológica foi encontrado a bordo do Juruena. Esse senso de segurança ontológica, nascido de práticas em navios de guerra, é o que a OGSA tenta formalizar e emanar normativamente para a instituição como um todo. Avaliações posteriores devem demonstrar se a segurança ontológica ocorre por meio de micropáticas contemporâneas em navios de guerra.

Acreditamos que o uso de uma estrutura teórica inspirada em Giddens-Bourdieu pode trazer uma observação mais próxima do elemento humano nas marinhas, especificamente no Brasil, onde poucos acadêmicos analisaram essa questão. Se a escravidão e a terrível aversão aos marinheiros negros comprometeram a segurança ontológica naval no início do século XX, hoje em dia, em um ambiente sociopolítico brasileiro profundamente polarizado, riscos semelhantes podem ocorrer, dificultando as relações civis-militares. Portanto, o conceito de segurança ontológica poderia ser complementado por pesquisas “praxigoráficas” a bordo de navios de guerra brasileiros para verificar essa postura e dar uma contribuição acadêmica e política original. Além disso, pode até fornecer uma comparação importante entre a Marinha do Brasil e outras marinhas ao redor do mundo. Portanto, as relações civis-militares podem ser fortalecidas e, internacionalmente, podem ajudar a Marinha do Brasil a operar em cooperação com outras marinhas, impulsionar sua moral e estar mais alinhada com questões sociopolíticas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. E. A. **Inhaúma**. Rio de Janeiro: Letras Marítimas, 2024.
- ALMEIDA, F. E. A. A Fuga do Vapor Alemão *Holger* do Recife na Grande Guerra. **Revista Marítima Brasileira**, v. 137, n. 10/12, 2017, p. 79-96.
- ALMEIDA, F. E. A. A Batalha Naval do Riachuelo: uma visão micro-histórica. **Navegador**, v. 2, n. 3, p. 72-84, 2006.
- ALMEIDA, M. R. D'A. Características do Processo Decisório sobre o Ingresso da Mulher Militar na Marina do Brasil. **Navegador**, v. 6, n. 12, 2010.
- ARIAS NETO, J. M. Violência Sistêmica na Organização Militar do Império e as Lutas dos Imperiais Marinheiros pela Conquista de Direitos. **História: Questões e Debate**, v. 35, p. 81-115, 2001.
- ARIAS NETO, J. M. João Cândido 1910-1968: arqueologia de um depoimento sobre a Revolta dos Marinheiros. **História Oral**, v. 6, p. 159-186, 2009.
- BIGO, D.; BASARAM, T.; GUITTET, E.; WALKER, R. B. J. **International Sociology**: Transversal Lines. London: Routledge, 2016.
- BIGO, D. Pierre Bourdieu and International Relations: Power of Practices, Practices of Power. **International Political Sociology**, v. 5, p. 225-258, 2011.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **An Invitation to reflexive sociology**. Cambridge: Polity Press, 1992.
- BRASIL. Narrativas, Biografias e Fontes da Guerra da Tríplice Aliança: Subsídios para a História Marítima do Brasil. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2015

- BRASIL. **Ordenança Geral para o Serviço da Armada (OGSA)**. Brasília: Estado Maior da Armada, 2009.
- CARVALHO, J. M. de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Todavia, 2019 (2019a).
- CARVALHO, M. A. R. Exército Brasileiro: Um Retrato à Aquarela. **Novos Estudos**, v. 38, n. 3, p. 637-651, 2019 (2019b).
- CASAL, R. F. Os Dez Segundos do Almirante Arleigh Burke. **Revista Marítima Brasileira**, v. 137, n. 07, p. 123-129, 2017.
- CASTRO, C.; D'ARAÚJO, M. C. **Militares e Política na Nova República**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- CASTRO, C.; LEIRNER, Piero. **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- CASTRO, C.; MONNERAT, S. Por uma Etnografia dos Dados: a propósito de uma investigação sobre o perfil social dos militares brasileiros. **Sociologia: Problemas e Práticas**, v. 91, p. 9-22, 2019.
- CASTRO, C. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- CASTRO, C. **A Invenção do Exército**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- CASTRO, C. Goffman e os Militares: sobre o conceito de Instituição Total. **Militares e Política**, v. 1, 2007.
- CASTRO, P. P. **Disciplina na Armada Imperial a partir da Corveta “Trajano”. As Diferentes Punições Aplicadas aos Subordinados**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.
- COMBLIN, J. **A Ideologia da Segurança Nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GIDDENS, A. **The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration**. London: Polity Press, 1984.
- GIDDENS, A. **The Consequences of Modernity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- GOMES, J. C. **Mulheres no Campo de Marte: um estudo sobre o habitus de gênero na oficialidade do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. PUC RJ, 2018.
- LAING, R.D. **The Divided Self**. New York: Pelican, 1969.
- LEIRNER, P. **Meia Volta Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- LIMA, J. F. **Marquês de Tamandaré – Patrono da Marinha: seu perfil histórico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.
- MARTINS, H. L. **Estórias Navais Brasileiras**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1985.
- MELO, T. B. **Problemas de Mulher: um etnográfico sobre a inserção feminina na Escola Naval brasileira**. Dissertação (Mestrado). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2017.
- MIRANDA, D. **O Processo de Socialização Militar: um estudo com cadetes e instrutores da Academia Militar das Agulhas Negras**. Tese (Doutorado). PUC-RJ. Rio de Janeiro: 2019.
- NASCIMENTO, A. P. Sou Escravo de Oficiais da Marinha: a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição. **Revista Brasileira de História** v. 36, n. 72, p. 151-172, 2016.
- PETERS, K. Manipulating Material Hydro-Worlds: Rethinking Human and More than- Human Relationality through Offshore Radio Piracy. **Environment and Planning**, v. 5, p. 1241-1254, 2012.
- REIS, V.; ZUCCO, L. As Experiências das Oficiais da Marinha do Brasil no Exercício do Comando. **Revista de Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, e61934, 2020.
- REZNIK, L. **Democracia e Segurança Nacional: A Polícia Política no Pós-Guerra**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- STEINBERG, P. Of other seas: metaphors and materialities in maritime regions. **Atlantic Studies**, v. 10, n. 2, p. 156-169, 2013.

TAKAHASHI, E. **Homens e mulheres em campo**: um estudo sobre a formação da identidade militar. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2002.

TILL, G. **Sea Power**: A guide for the Twenty-First Century. London: Routledge, 2018.

VALENÇA, M. M.; DUARTE, D. E. "The Sea as an Institution: A Constructivist Approach to Maritime Spaces". In: MOREIRA, W. DE S.; KENNEDY, G. (Ed.). **Power and the Maritime Domain**: A Global Dialogue. Corbett Centre for Maritime Policy Studies Series. Oxon & New York: Routledge, 2023. p. 28–41.

VIDIGAL, A. **A evolução do Pensando Estratégico Naval Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985.

VIEIRA, M. Understanding Resilience in International Relations: The Non-Aligned Movement and Ontological Security. **International Studies Review**, v. 0, p. 01-22, 2016.

ZAVERUCHA, J.; TEIXEIRA, H. A Literatura sobre Relações Civis-Militares no Brasil: uma Síntese (1964-2002). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 55, p. 2-14, 2003.

ZAVERUCHA, J. **FHC, Forças Armadas e Polícia**: Entre o Autoritarismo e a Democracia. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.